

# Prontas as emendas do Centro

Proposta para acabar com estabilidade une todo o bloco

“Centrão” já pensa até em virar partido

O Centrão poderá se transformar em partido político, ou atuar como um sólido bloco parlamentar no Congresso Nacional. Foi o que disse o deputado paulista Roberto Cardoso Alves, (PMDB-SP). Ele não admitiu deixar o seu partido, mas assegurou que nas conversas informais está sentindo, entre os integrantes do Centrão, o crescimento da possibilidade de se transformar em partido ou bloco interpartidário para atuar coligado.

Parlamentares governistas de Minas Gerais não acreditam nas possibilidades de um novo partido de centro-esquerda, que surgiria em Minas, sob a liderança do deputado Pimenta da Veiga (PMDB). Na sua opinião, ele, não tem condições políticas para arregimentar uma nova agremiação, “por falta absoluta de bases populares”.

Dos nove deputados federais o PMDB mineiro que estariam apoiando o novo partido de centro-esquerda, no máximo três ou quatro acompanhariam Pimenta da Veiga. A bancada é de 35 deputados federais.

Apesar do ceticismo do Governador de Minas, a corrente de centro-esquerda do PMDB está se movimentando, para criar condições a um novo partido.

## QUÉRCIA

O Centrão, transformado ou não em partido, poderia apoiar a candidatura Orestes Quércia a presidente da República. Ontem, numa conversa informal, mas cheia de farpas recíprocas, Mário Covas e Roberto Cardoso Alves evitaram definições. Cardoso Alves, porém, afirmou que o Governador de São Paulo “andou trabalhando a favor do Centrão”.

GIVALDO BARBOSA



O senador Mauro Benevides presidiu a reunião da Mesa para estudar o regimento

## Mudança do Regimento ainda não tem acordo

“Ganha quem tiver mais banha pra vender”. A frase do deputado Roberto Cardoso Alves, dita ontem ao senador Mário Covas, pode não significar o fim dos entendimentos sobre a mudança do Regimento Interno da Constituinte, mas demonstra que as negociações estão difíceis. A tal ponto que o senador Mauro Benevides, em conversa com o líder do PMDB na Constituinte, observou que as dificuldades para se obter um acordo podem jogar a votação para quarta-feira próxima, e não mais terça, como se pretendia.

O presidente interino da Assembleia Nacional Constituinte reuniu-se ontem com os integrantes da mesa (Jorge Arbage, Arnaldo Faria de Sá e Marcelo Cordeiro), e pediu a todos que analisassem as emendas apresentadas ao substitutivo, no sentido de fornecer novas idéias que possibilitem um acordo, evitando assim o impasse.

Mauro Benevides chegou a colocar para os integrantes

da mesa que precisa de tempo para conversar com o deputado Ulysses Guimarães, informando-o sobre as dificuldades, e consultando-o sobre o melhor caminho a tomar, frente à intransigência do Centrão, que, até o momento, não parece disposto a abrir mão de suas reivindicações.

O senador Mauro Benevides informou ontem ao senador Mário Covas que não pretende tomar nenhuma decisão até segunda-feira. Ele foi procurado pelo deputado Roberto Cardoso Alves que, à frente de um grupo de constituintes do Centrão, disse que “ninguém pode fazer acordo, viemos dizer que não queremos que ele tome qualquer decisão antes de segunda-feira”. A idéia, inclusive do senador Mauro Benevides, é esperar o retorno de Ulysses Guimarães.

O Centrão insiste na apresentação de emendas a capítulo e título do substitutivo do relator Bernardo

Cabral, não abre mão do quorum de 280 votos, continua reivindicando preferência para as emendas apoiadas por maioria absoluta, e teima em que haja três oportunidades de votação para as emendas que não obtenham o número de 280 votos.

O deputado Roberto Cardoso Alves, um dos idealizadores do Centrão, toma por base as 319 assinaturas que apoiaram o seu projeto de resolução, e diz que “essa assembleia está ouvindo falar, pela primeira vez, a expressão mágica do regime democrático: maioria absoluta”.

O deputado Daso Coimbra, divulgou ontem nota rebatendo declarações do senador Fernando Henrique Cardoso e do deputado Bernardo Cabral, de que o Centrão está atrasando os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. A nota diz que “o Centrão não deseja atrasar a votação da Constituinte, mas dar direito ao plenário, por sua maioria, de emendar o projeto da Sistematização”.

RITAMARIA PEREIRA  
Da Editoria de Política

A demissão imotivada poderá ser penalizada com o pagamento em dobro do salário por cada ano de serviço ou deixar que o assunto seja tratado pela legislação ordinária. Esta, pelo menos, é a proposta que o Centrão está pensando em apresentar no plenário da Constituinte, numa emenda com 280 assinaturas, para retirar do texto aprovado na Comissão de Sistematização a estabilidade no emprego.

O Centrão está adiantando na seleção das emendas que apresentará em conjunto. Até porque a idéia dos seus articuladores é começar a pegar as assinaturas já na terça-feira, quando haverá reunião geral para decidir o que fazer em relação à proposta de mudança do Regimento Interno. Por esta razão, as reuniões no final de semana serão intensificadas, a fim de separar os pontos capazes de admitir o apoio de 280 constituintes.

Não é somente em relação à estabilidade no emprego que existe praticamente uma definição. O Centrão decidiu eliminar a hora extra paga em dobro, incluindo no texto — se não preferir deixar para a legislação ordinária — um dispositivo que assegure adicional por este tipo de jornada, mas sem fixá-lo numericamente.

Quando à questão da licença de gestante, não há ainda um consenso. Muitos dos centristas admitem apoiar o texto da Sistematização, mas neste caso querem retirar a palavra remunerada do artigo que trata deste assunto, alegando que como está, a gestante receberia dobrado. Vão deixar apenas a garantia de emprego e salário no caso deste tipo de afastamento.

No artigo que trata da aposentadoria integral, cuja aprovação de uma emenda neste sentido gerou depois ampla polêmica, o Centrão considera essencial substituir a palavra salário por proventos, porque é esse o termo certo quando se trata de cálculo da Previdência Social.

Também está certo dentro do grupo retirar do texto aprovado na Sistematização o dispositivo que garante, nas empresas com mais de 50 empregados, 10% das vagas para os maiores de 45 anos. E uma emenda do deputado José Lins, coordenador dos estudos temáticos do Centrão, que já concordou com isso.

O Centrão já selecionou algumas emendas para alterar o conceito de empresa nacional. A idéia predominante é a de manter a filosofia do texto Cabral, mas retirando as redundâncias como controle de capital e de diretores brasileiros natos.

Existem também várias propostas para retirar o monopólio da distribuição de petróleo, bem como outras capazes de compatibilizar o que o deputado José Lins chama de pagamento dos benefícios sociais com a sobrevivência da iniciativa privada. E outras ainda para eliminar da Carta Constitucional todos os seus aspectos estatizantes. No caso da poupança externa, lembrou o deputado José Lins que será objeto de análise cuidadosa, porque a economia do País não pode ser tão restrita como quer o texto saído da Sistematização, haja vista que até a Rússia e a China estão abrindo as portas ao capital estrangeiro.

# Líderes defendem a atuação de Albano

Em discursos no Senado Federal, os líderes do PMDB, Fernando Henrique Cardoso e do PDS, Virgílio Távora, enalteceram a vida e o trabalho do Senador Albano Franco (PMDB-SE) na Assembleia Nacional Constituinte e o defederam de críticas injustas recebidas quando de voto que preferiu sobre a distribuição de derivados de petróleo, na Comissão de Sistematização.

Os discursos dos dois senadores foram entrecortados de apartes de solidariedade de oito senadores, todos unânimes no reconhecimento da atuação do senador Albano Franco, tanto na vida de empresário quanto de membro da Constituinte. O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) também proferiu discurso na Constituinte na mesma linha de apoio.

## VIRGÍLIO TAVORA

Em seu pronunciamento, o líder do PDS, senador Virgílio Távora começou por retificar a maneira como parte da imprensa paulista noticiou e comentou o voto do senador Albano Franco sobre o monopólio da Petrobras na distribuição de derivados. Disse o senador cearense:

—Albano Franco, com seu voto, não decidiu coisa alguma. Foram cinquenta e quatro votos. Mais um voto, menos outro voto, não iria resolver essa questão.

Em seguida, Virgílio Távora lembrou seu próprio trabalho na participação na própria Lei 2.004 que criou a Petrobras, em 1953 e justificou, como comum num Parlamento, o voto de Albano Franco. E acrescentou:

—Queremos dar o testemunho de que em todas as reuniões havidas, em todas aquelas procuras de acordo, de entendimento, para que saísse, face a grande maioria de elementos progressistas de esquerda existentes na Comissão de Sistematização, um projeto que representasse o pensamento da população brasileira, não poderia deixar de realçar o empenho, o desvelo com que Albano Franco se houve em todas essas ocasiões. Os apartes de Jarbas Passarinho e de Marcondes Gadelha são mais eloquentes que as palavras aqui por mim proferidas e dizem, justamente, em sua simplicidade, do sentimento que não não é deles, mas é de todo esse plenário, estou certo. E de todo sergipano que o conhece. E de todo brasileiro que o admira nesta senda, que já não é curta, cheia de obstáculos, mas sempre transposta com galhardia, com altivez e com amor à terra e à gente brasileiras.

## APARTES SOLIDÁRIOS

Os líderes do PDS e do PMDB foram aparteados em seus discursos por diversos senadores, que ofereceram apoio e solidariedade a Albano Franco.

O presidente do PDS, Jarbas Passarinho, afirmou que Albano Franco, em toda a sua vida, foi sempre homem de convicção permanente “e está pagando um preço exageradamente alto por um voto inadvertido”. Acrescentou que a emenda do deputado Fernando Santana, estendendo o monopólio estatal do petróleo, “era para marcar a posição do PCB, da estatização dominante, completa, total” e que a aprovação da matéria desgostou até a Petrobras. Concluiu que em toda a sua vida, o senador Albano Franco sempre esteve a serviço da causa da livre iniciativa e da liberdade.

Por sua vez, o senador Marcondes Gadelha (PFL-PB) disse que “não se pode julgar um homem público por um instante, quando tem uma vida inteira a apresentar, uma vida de lutas, construída com sacrifícios, arrostando toda sorte de dificuldades. Um homem que granjeou a respeitoabilidade de seus pa-



Albano Franco recebe solidariedade

seus pontos de vistas e da defesa dos seus interesses de classe, que não são os mesmos daqueles que estão na Assembleia Nacional Constituinte, mas o fez com muita clareza, com muita propriedade e, sobretudo, honrou o compromisso firmado.

O líder do PMDB comentou então, a votação da estabilidade do trabalho: “Encontrei o senador Albano Franco sempre à disposição do diálogo que não era, repito, de aceitação passiva dos pontos de vista que, muitas vezes, eu mesmo levava. O que o senador Albano Franco anuiu foi com a mesma disposição que o conjunto da liderança empresarial e, especificamente, do meu Estado, concordou”.

Fernando Henrique contou, em seguida, os lances que levaram à votação da emenda da estabilidade, explicando: “O senador Albano Franco só não votou por essa proposta porque os líderes empresariais, levados por orientação falaciosa, imaginaram que ao nos derrotar poderiam depois impor a sua própria vontade. Resultado: derrotaram-nos, é verdade, mas não conseguiram impor sua vontade e estamos diante de um texto que peca, não porque assegure estabilidade, porque nem isso faz, mas porque é confuso, impreciso e vai dar margem a interpretações infinitas na Justiça do Trabalho”.

## BERNARDO CABRAL

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), também em discurso, afirmou que o erro de voto do senador Albano Franco “ocorre com muitos outros, inclusive comigo próprio”. E acrescentou: “Dá a extrapolar, a distorcer, como está sendo feito, a fim de atingir a horadade pessoal de um companheiro que se tem portado com a maior seriedade, há de merecer nossa reprovação”.

O constituinte Bernardo Cabral, disse ainda, que o senador Albano Franco “sempre defendeu, e bem, os interesses dos empresários. O que acontece é que, sendo um homem do PMDB e tendo tido um comportamento correto não só com o seu partido mas também com os integrantes das demais agremiações, pretende-se desmoralizar não apenas o constituinte Albano Franco, a quem dou minha solidariedade, mas a todos os constituintes”.

res, tanto na área da indústria quanto no Congresso Nacional”.

O senador Cid Sabóia (PMDB-CE), em seu aparte, disse que o senador Albano Franco “teria o direito de votar como quisesse e a soberania da Assembleia Nacional Constituinte o protege para que não deva explicações a quem quer que seja”. E acrescentou: “O senador Albano Franco tem colaborado, sobremaneira, para que haja paz no Congresso Constituinte”.

O senador Raimundo Lira (PMDB-PB), outro apartante, afirmou: “Quero solidarizar-me com o senador Albano Franco, porque o conheço há muitos anos. Sei da sua seriedade no trabalho, como parlamentar, como empresário e como cidadão brasileiro”.

O senador Francisco Rollemberg (PMDB-SE) declarou: “Sou do seu Estado, sou da sua cidade, conheço-o desde a meninice, desde a mocidade. Albano Franco sempre foi um homem sério e um homem de bem. Ele tem passado e tem presente”.

O senador Nelson Carneiro também considerou normal o voto de Albano Franco na Comissão de Sistematização e disse: “Somente quem não acompanha os trabalhos da Comissão faz disso um cavalo-de-batalha”. E o senador Aluizio Bezerra (PMDB-CE) disse estranhar que o voto de Albano Franco “tenha sido motivo para mobilizar a imprensa de todo o País para um crítica tão profunda”.